

■ ARTIGO

DESEMPREGO E EMPREENDEDORISMO:

da ambiguidade da relação conceitual à
eficácia das práticas de intervenção social

*UNEMPLOYMENT AND ENTREPRENEURSHIP: FROM THE AMBIGUITY OF
THE CONCEPTUAL RELATIONSHIP TO THE EFFICACY OF THE SOCIAL
INTERVENTION PRACTICES.*

Joana Gomes de Almeida^a, Eduardo J. R. Santos^b,
Cristina Pinto Albuquerque^c e Joaquim Armando Ferreira^d

Resumo Perante a atual dificuldade dos sistemas políticos e financeiros dos países europeus, em especial os do sul da Europa, em fazer face às maiores taxas de desemprego, desde que há registro na história, a via do empreendedorismo tem assumido crescente importância no quadro das políticas de incentivo ao emprego. Face à ausência de respostas no mercado assalariado, o empreendedorismo tem sido apresentado como uma das soluções mais populares na reconquista do direito ao trabalho: realidade complexa que merece uma discussão conceitual e um renovado questionamento das atuais práticas de intervenção social. Apesar de ser evidente a existência de uma relação entre desemprego e empreendedorismo, esta é fonte de grande ambiguidade entre os especialistas. Ao longo do artigo é discutido, e assumido, o caráter heurístico de um projeto tão pessoal quanto social, como a criação do próprio emprego, contextualizado na discussão crítica sobre a eficácia das práticas de intervenção social.

Palavras-chave desemprego; empreendedorismo; problematização conceitual; eficácia das intervenções.

-
- a Licenciada em Serviço Social, mestre em Intervenção Social, Inovação e Empreendedorismo, doutoranda em Sociologia pelo Programa de Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo (Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra/Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, FEUC), investigadora do projeto “Impactos e ajustamentos psicossociais da transição para o desemprego involuntário de pessoas com idade igual ou superior a 40 anos”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).
- b Coordenador científico do Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Vocacional e Social da Universidade de Coimbra, FCT (unidade 192), professor associado com agregação pela FPCEUC, *adjunct professor* pela University of New York, USA.
- c Professora auxiliar na FPCEUC.
- d Professor catedrático na FPCEUC e *adjunct professor* pela University of New York, USA.

Abstract *Facing the present difficulties of the politic and financial systems of the European countries, especially from South of Europe, to deal with the biggest known wages of unemployment in the history, the entrepreneurship option is rising in its importance within the politics of incentives to employment. Regarding the absence of answers in the market of paid work, entrepreneurship has been presented as one of the most popular solutions in reconquering work: complex reality, which deserves a conceptual discussion and a renewed questioning of the present social intervention practices. Beyond of being evident the existence of a relationship between unemployment and entrepreneurship, this is a fountain of great ambiguity among specialists. In this paper it is discussed, and assumed, the heuristic characteristics of a so personal, as social, project, like the creation of its own employment, contextualized in a critical discussion about the efficacy of the social intervention practices.*

Keywords *unemployment; entrepreneurship; conceptual discussion; intervention efficacy.*

INTRODUÇÃO

O trabalho assalariado, nas sociedades modernas, consubstancia um projeto de participação e de reconhecimento social, político e de cidadania, de tal forma relevante que acaba por se constituir como um dos eixos estruturantes das relações sociais e do sentido atribuído às existências individuais e coletivas. Assim, o emprego, como forma particular de trabalho associado a direitos, é um dos principais mecanismos de integração dos indivíduos na sociedade e um elemento que promove a formação e a consolidação da identidade pessoal e social (PERRET, 1997; DEJOURS, 1998; L'HUILLIER, 2002).

Hoje, face à crise financeira e política desse mecanismo de integração e de participação social – o trabalho assalariado –, a coesão social é posta em causa. A previsibilidade de integração em um posto de trabalho é substituída pela aleatoriedade e incerteza, pulverizando-se o fenômeno da exclusão social na sociedade em geral. Isso significa que o desemprego, antes associado apenas a determinadas franjas populacionais, é, atualmente, um fenômeno transversal e cada vez mais estrutural das sociedades ocidentais europeias.

Perante a atual dificuldade dos sistemas políticos e financeiros dos países europeus, em especial os do sul da Europa, em fazer face às maiores taxas de desemprego desde que há registro, a via do empreendedorismo tem assumido crescente importância no quadro das políticas de incentivo ao emprego. Com efeito,

face à ausência de respostas no mercado assalariado, a mensagem veiculada aos desempregados (e não só) parece apresentar a via do empreendedorismo como verdadeira panaceia na reconquista do direito ao trabalho: realidade complexa que merece ser discutida do ponto de vista dos conceitos e das práticas de intervenção social¹.

À medida que o movimento do empreendedorismo floresce, existem muitas questões que são centrais para essa área e que estão longe de obter consenso (OSBORNE; FALCONE; NAGENDRA, 2000). Questões como “o que é o empreendedorismo do ponto de vista social e financeiro?” e “o empreendedorismo pode ser ensinado?” têm sido alvo de estudos por vários autores.

A importância de que se reveste o empreendedorismo resulta, igualmente, segundo Portela et al. (2008), do reconhecimento por parte dos poderes políticos de que o autoemprego pode ser uma forma de ativar a mão de obra desempregada e, logo, de reduzir sua dependência dos sistemas de proteção social pública. Assim, não é de estranhar o mediatismo que tem cercado o conceito de empreendedorismo, criando, não poucas vezes, alguns mitos (e muitas confusões) em torno dos empreendedores e de seus feitos.

A ideologia liberal do *Self-Made Man* não é nova, mas, na atual conjuntura de crise econômico-financeira, parece ganhar novo fôlego. Em uma sociedade onde o indivíduo e sua liberdade são os valores mais elevados, os discursos meritocráticos prosperam. Contudo, sua legitimidade é uma “faca de dois gumes”: se, por um lado, liberta, por outro, responsabiliza. Isso significa que, se a liberdade é condição essencial para poder fazer escolhas, não se pode esquecer de que existem condições para se poder verdadeiramente fazer uma escolha. As implicações dos processos de desenraizamento do homem do esquema de oportunidades que a sociedade lhe oferece são muitas, mas a mais premente é a culpabilização individual de percursos de exclusão social. A dimensão ética dessa questão precede qualquer abordagem pragmática sobre as vias do empreendedorismo.

1 De fato, segundo o Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal (2003), a criação de novas empresas tem um grande peso na economia, em termos de criação de emprego e de modernização das empresas, e esse fato tem vindo a assumir crescente importância no seio das políticas públicas nacionais e comunitárias do crescimento econômico. Segundo Audretsch, et al. (2002, *apud* Resolução do Parlamento Europeu sobre o Livro Verde Espírito Empresarial na Europa, 2003, p. 7), “cada vez mais, são as empresas novas e pequenas, e não as grandes, as maiores criadoras de novos postos de trabalho”. Essa situação reflete uma mudança de paradigma que ocorreu nas últimas décadas do século XX, que, segundo Faria, Cuestas e Mourelle (2010), se deveu, entre outros fatores, à globalização e à inovação tecnológica, fazendo emergir uma economia empreendedora.

Nesse contexto, impõe-se a questão, que se constitui como o mote para o presente artigo: será a via do empreendedorismo uma verdadeira alternativa para os desempregados?

DESEMPREGO: COMPLEXIDADES E HEURÍSTICAS

Antes de falar do objeto principal deste artigo, isto é, a relação dialética entre desemprego e empreendedorismo, convirá refletir de modo breve sobre seu contexto de enquadramento: o trabalho, enquanto espaço de realização e desenvolvimento humano e social.

Assim, falar sobre trabalho é, segundo Jaccard (1974), falar simultaneamente de um privilégio e de um benefício. O trabalho corresponde a uma necessidade espontânea do ser humano, base de satisfação e realização, em que os indivíduos encontram sua expressão mais natural, desde que certas condições de ordem psicológica, moral e social estejam asseguradas². Para além de uma fonte de rendimento e de sentido para a vida, o trabalho estrutura a sociedade de um modo dialético. Como disse Schnapper (1998, p. 16), “as sociedades modernas constroem-se em torno da atividade profissional, da cidadania e da articulação entre as duas”.

Traçar uma perspectiva do desemprego é assim muito mais complexo de que abordar uma categoria qualquer estanque. Trata-se, antes, de abordar um conceito que se reflete, empiricamente, em uma complexa heterogeneidade. Segundo Duarte (1998), a vivência do desemprego varia segundo a natureza e a combinação de um grande número de variáveis, tais como idade, pertença social, competências escolares, profissionais e sociais, recursos econômicos e culturais, grau de solidariedade do grupo familiar, duração do desemprego, entre outras. Borgen e Amundson (1984) vêm corroborar essa perspectiva ao afirmar que são vários os fatores que influenciam a reação do indivíduo ao desemprego. Entre eles, a ligação ao emprego perdido, o estatuto social associado ao emprego desempenhado, o sistema de suporte social quando do desemprego (apoio dos amigos e família), características pessoais (locus de controle interno ou externo), situação financeira (se tem ou não poupanças) e as expectativas em relação ao futuro (por

2 Segundo Gonçalves e Coimbra (2007), mesmo face à crescente escassez e à precarização do emprego, este continua a assumir um papel central na vida das pessoas e continua a ser uma das mais importantes fontes de autonomia e cidadania. Segundo Rifkin (1996, *apud* Gonçalves; Coimbra, 2007, p. 411-412), “a ideia do cidadão ‘produtivo’ está tão enraizada nas sociedades que uma pessoa a quem seja recusado o acesso ao emprego corre o risco de perder toda a sua autoestima e seu sentido de cidadania”. Assim, estar desempregado é ser “destituído de valor” e de poder.

exemplo, se a pessoa tiver grandes expectativas relativamente ao emprego perdido, o desemprego será sentido de forma mais penosa)³.

O célebre trabalho de Schnapper (1981) é um ótimo exemplo dessa multiplicidade; em uma amostra de 100 desempregados, essa autora identifica três tipos de experiências vividas que correspondem a três formas de fazer face ao desemprego – desemprego total, desemprego invertido e o desemprego diferido. A autora destaca que, de forma geral, o desemprego é uma experiência traumatizante; contudo, refere que essas três formas de viver o desemprego são diferenciadas a partir de três dimensões. A primeira concerne na capacidade de adotar atividades de substituição do trabalho e no investimento em um estatuto alternativo. A segunda dimensão versa acerca da intensidade e da forma das sociabilidades, isto é, quanto mais o desempregado estiver envolvido em redes sociais independentes de seu trabalho, menores serão as consequências negativas da situação de não emprego. Finalmente, o enquadramento familiar constitui-se também como uma dimensão incontornável da análise da forma de viver o desemprego: a integração familiar funciona como um importante mecanismo de apoio à crise de estatuto associado ao desemprego, enquanto as dificuldades familiares tendem a exacerbá-la.

Segundo Araújo (2008), a forma como se vive a experiência do desemprego depende da combinação complexa entre fatores de vulnerabilidade e mediadores de compensação. Segundo esse autor, os fatores de vulnerabilidade resultam da interação entre agentes de vulnerabilidade extrínseca e intrínseca. Como fatores extrínsecos, Demazière (1995, *apud* Araújo, 2008) entende os espaços sociais onde a experiência de desemprego ocorre; e por fatores intrínsecos, as características sociais dos indivíduos e suas trajetórias profissionais. Por sua vez, os mediadores de compensação se reportam a fatores capazes de atenuar as consequências negativas da experiência de desemprego. Como tais, Araújo (2008) identifica o Estado Social (majoritariamente sob a forma de prestações pecuniárias) e, um pouco à semelhança de Schnapper (1981), as atividades de substituição e as redes sociais dos desempregados.

Não obstante, conforme esclarece Clavel (2005), o trabalhador está no centro de um conjunto de solidariedade que o faz existir: no plano relacional (relações de trabalho e possibilidade de construir uma família) e institucional (proteção social).

3 De fato, apesar de ser possível identificar características mais ou menos transversais associadas à vivência do desemprego, são vários os autores que reforçam a diversidade dessa experiência (LAZARSFELD; JAHODA; ZEISEL, 1982; DEMAZIÈRE; DUBAR, 1999; GALLIE; PAUGAM, 2000; ROSA, FERREIRA; GONÇALVES, 1999; LINHART et al., 2003; PAUGAM, 2003; CLAVEL, 2005; BRUTO DA COSTA, 2005; REMILLON, 2006; DOOLEY; PRAUSE, 2009).

Ele sente que pertence a um grupo, com um espaço (trajetos quotidianos e lugar de trabalho) e tempo (horários e licenças) definidos, que estruturam sua existência (CLAVEL, 2005). Inversamente, estar desempregado, para além de implicar a privação da fonte normal de rendimentos, significa perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade e à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona (BRUTO DA COSTA, 2005).

Fouad e Bynner (2008) fazem a distinção entre dois tipos de transições no trabalho, nomeadamente a transição voluntária, orientada pela iniciativa pessoal, e a transição involuntária, moldada por constrangimentos pessoais e ambientais.

A propósito dessa distinção, Portela et al. (2008) vêm confirmar essa ambiguidade, chamando igualmente a atenção para a voluntariedade de muitas dispensas. Esses autores afirmam que essa distinção é, muitas vezes, aparente. Segundo eles, são muitos os casos de pessoas em uma posição mais vulnerável face ao mercado de trabalho (mulheres, minorias étnicas, indivíduos com baixas qualificações, etc.), em que a dispensa se deveu a fatores externos, levando a um certo “desencanto” com as experiências do trabalho assalariado e criando a expectativa de que o autoemprego se afigura como uma saída de situações de instabilidade e vulnerabilidade laboral. Perante o exposto, não será difícil encontrar muitos casos que, por definição, se enquadram em situações de desemprego voluntário, mas que, por estarem envoltos em fatores que escapam ao controle (e à vontade) do indivíduo, se tratam, na verdade, de dispensas involuntárias.

A heurística da abordagem de Portela et al. (2008) sobre o “desencanto” com o trabalho assalariado e a consequente expectativa de muitos desempregados relativamente ao autoemprego coloca exatamente a pergunta a que se propôs aqui responder no início deste artigo: será a via do empreendedorismo uma verdadeira alternativa para os desempregados, dos pontos de vista ético, social e econômico? Nesse contexto, o próximo passo a tomar rumo à(s) possível(is) respostas é no sentido da definição de empreendedorismo e dos contornos e implicações que este assume no contexto do desemprego.

EMPREENDEDORISMO: UM CONCEITO POLISSÊMICO

Enquanto “moda” dos atuais discursos políticos como solução para o desemprego, o empreendedorismo se assume não apenas como resposta socioeconômica para as realidades individuais, mas, igualmente, como parte dos problemas nas discussões sobre o crescimento sustentável das economias. O polimorfismo conceitual e prático do conceito de empreendedorismo resulta, em boa parte, do fato

de o termo ter vindo a assumir, diacronicamente, diversos contornos derivados das contribuições de vários autores ao colocarem sua discussão em um patamar multidisciplinar.

Atualmente, o conceito de empreendedorismo é heterogêneo e tem sido utilizado e interpretado em diversos contextos (cf. SAY; SCHUMPETER; DRUCKER; STEVENSON, *apud* DEES, 2011). Conforme assinala Ferreira (2005), o conceito de empreendedorismo, embora tenha sido primeiramente conceituado no domínio da atividade econômica, disseminou-se para outras áreas do conhecimento, como a social, a política e a institucional. Não obstante, o conceito de empreendedorismo e de empreendedor conheceu seu terreno mais fértil no seio da economia.

O legado de Schumpeter e sua visão de *homo economicus* foram, sem dúvida, das contribuições mais sonantes e que ainda encontram eco nos anais da economia. Na obra *The theory of economic development*, Schumpeter (1968) veio introduzir um conceito que surge, atualmente, fortemente ligado à noção de empreendedorismo: o conceito de inovação – representando um salto conceitual no domínio do empreendedorismo. Ao definir o empreendedor como alguém que detecta oportunidades e introduz inovações, caracteriza esses indivíduos como uma “classe sociológica distinta”. Para Schumpeter, o processo de descoberta e inovação, denominado “processo de destruição criativa” do capitalismo, é essencial para a economia, dado que modifica o passado e gera novas oportunidades para a criação de riqueza no futuro (PORTELA et al., 2008, p. 26). Assim, como Carter (2004, p. 121) afirma, o empreendedor é um “agente de mudança”.

Apresentando o empreendedorismo como a capacidade de introduzir, com sucesso, novas combinações de recursos que já existem, Schumpeter apresenta o empreendedor como alguém motivado, resiliente perante as resistências (suas e do meio), orientado para o lucro, inovador e com capacidade de implementar essas inovações de forma a provocar grandes mudanças na economia – o processo de “destruição criativa” (SCHUMPETER, 1934, *apud* SWEDBERG, 2009, p. 83; MURPHY; LIAO; WELSCH, 2006).

Outro autor que explora a questão das oportunidades é Drucker (1993); contudo, para ele os empreendedores não têm de provocar mudanças, mas, antes, explorar as oportunidades que são criadas pelas mudanças (DEES, 2011). A esse propósito, Kirzner (1997) vem acrescentar uma questão pertinente, relativamente à informação. Para ele, o empreendedor é aquele que tira proveito da informação cuja distribuição é imperfeita. Para tal, o empreendedor precisa ser vigilante. Essa questão levanta questões pertinentes como: em uma economia que funciona “de dentro para fora”, como é que pessoas sem o vocabulário necessário para compre-

ender e utilizar toda a informação disponível conseguem ascender às mesmas ditas “oportunidades”? Essa será uma questão passível de se enquadrar na pergunta inicial deste artigo e, por isso, será objeto de reflexão subsequente.

Acresce o fato de o risco assumido ser também um ato de (re)conquista de um lugar na sociedade: o de membro ativo, (re)inserido na estrutura produtiva⁴ e, portanto, (re)pertencendo a uma hierarquia de posições socioprofissionais. Poder-se-ia argumentar que o fato de um desempregado estar a receber subsídio de desemprego já é, por si, uma situação de insegurança, uma vez que o apoio pecuniário recebido tem um limite temporal e, portanto, o indivíduo já se encontra em uma situação de grande incerteza. Contudo, a decisão de passar de ator passivo (receber o subsídio enquanto espera por outra colocação) para ativo (trabalhar por conta própria, mesmo não tendo o capital econômico necessário para fazê-lo) é, sem dúvida, sair de uma zona de conforto (ou pelo menos mais familiar), pelo quê não se deve negligenciar o sentido subjetivamente empreendedor que tal decisão implica.

Portela et al. (2008, p. 165) reforçam essa ideia ao reconhecerem “o mérito da tomada de decisão e de assunção de riscos, sobretudo quando reina a omissão, o laxismo e a inação [...] e o incentivo ao conservadorismo”. Contudo, conforme alerta Portela et al. (2008), a tradição de definir o empreendedorismo por meio de atributos pessoais está repleta de contradições. A título de exemplo, esses autores referem que há indivíduos que são caracterizados como empreendedores, no entanto, não fundaram necessariamente nenhuma empresa ou negócio.

Segundo Philipsen (1998, *apud* Portela et al., 2008), o caráter contingente das características associadas ao empreendedorismo é uma conclusão que reúne o consenso geral dos investigadores, ou seja, os atributos geralmente associados aos empreendedores constituem uma série de comportamentos e decisões passíveis de mudar ao longo do tempo, isto é, passíveis de aprendizagem. Essa tradição de definição de empreendedorismo, segundo Portela et al. (2008), representa uma das abordagens essenciais (e muito populares) ao conceito que privilegia o ator em detrimento do processo. Enquanto a abordagem pelo indivíduo frequentemente

4 Ora, quando se fala da criação do próprio negócio pela iniciativa de pessoas involuntariamente desempregadas, essa propensão se assume duplamente como um ato empreendedor: por um lado, por implicar (inerentemente) a assunção de riscos (cf. CANTILLON, 1755; MILL, 1848; KNIGHT, 1947; MISES, 1949; COLE, 1959; SCHUMPETER, 1968) (em decorrência da volatilidade dos mercados) e, por outro, por ser iniciado por pessoas em situação de vulnerabilidade social (desemprego involuntário) que, ao terem oportunidades defasadas no mercado de trabalho, se arriscam, em um hipotético cenário de falência, a incorrer em uma situação ainda mais dramática do que a que experimentavam antes de iniciar o negócio (por exemplo, situações de endividamento) (cf. ANDERSSON; WADENSSJO, 2007).

retrata o ator como um ser associal, a abordagem pela estrutura tenta definir o empreendedorismo no quadro das condições que permitem ou dificultam a alteração do *status quo*. Segundo Portela et al. (2008, p. 45), os elementos da dicotomia estrutura *versus* indivíduo devem ser complementares no esforço de conceituar o empreendedorismo: nem as “[...] restrições são totalmente insuperáveis [...], nem todos os atores possuem um poder ilimitado e independente das condicionantes reais e das suas próprias capacidades [...]”.

Outra linha que se enquadra no esforço de definir o empreendedorismo refere-se à distinção entre os tipos de empreendedorismo: por oportunidade e por necessidade. Como será abordado, essa discussão é muito pertinente no âmbito deste artigo.

Ferrão et al. (2005, *apud* Portela et al., 2008) referem que, no geral, a bibliografia defende que a escolha individual de constituir uma empresa decorre de dois tipos de motivação de natureza econômica. Por um lado, há os empreendedores schumpeterianos, movidos pela oportunidade: segundo esses autores, tais indivíduos são aqueles que, providos de maior capital pessoal (capacidades empreendedoras e de gestão e conhecimento aprofundado dos mercados), irão encontrar precocemente uma oportunidade e, ao perceberem que podem lucrar com ela, tornar-se-ão empresários. Por outro lado, há os empreendedores movidos pela necessidade, que, pela força de circunstâncias decorrentes da ausência de opções menos favoráveis à sua sobrevivência, ousam criar uma empresa (DELI, 2011). Nesse caso, essa decisão não decorre, primeiramente, da detecção perspicaz de uma oportunidade de negócio, antes, da necessidade de encontrar uma alternativa à escassa oferta de emprego no mercado de trabalho por conta de outrem⁵.

Assim, como se pode verificar, na definição de empreendedorismo, embora contextualizados por fatores psicossociais, continuam a ser valorizados critérios de natureza econômica. Contudo, como alerta Portela et al., essa distinção remete ao fato de o empreendedorismo já não se encontrar apenas associado a pessoas com recursos e acesso a oportunidades. Sejam “motivados pela oportunidade ou necessidade [...], estes indivíduos não estão a resolver apenas o seu problema [...],

5 É nessa perspectiva que o Global Entrepreneurship Monitor (2012) faz a distinção entre empreendedores de necessidade e de oportunidade. Definem-se como empreendedorismo de oportunidade (*opportunity entrepreneurial activity* – OEA) as situações protagonizadas por indivíduos que, envolvidos em atividades empreendedoras, (i) afirmam serem movidos pela oportunidade, em oposição ao fato de não terem outra opção de trabalho; e (ii) indicam que o condutor principal para se envolverem nessa oportunidade é serem independentes ou aumentarem seu rendimento, ao invés de apenas os manter. Por sua vez, incluem-se no empreendedorismo por necessidade (*necessity entrepreneurial activity* – NEA) aqueles indivíduos que se envolvem em atividades empreendedoras porque não têm outra opção de emprego no mercado de trabalho.

ao fazê-lo, contribuem para o desenvolvimento local e para o progresso econômico geral” (PORTELA et al., 2008, p. 23). Para além disso, como foi mencionado, a decisão dos empreendedores por necessidade de abrirem um negócio não decorre, primeiramente, da detecção de uma oportunidade de negócio lucrativo; contudo, isso não significa que, como afirma Portela et al. (2008), estes não assumam rapidamente um comportamento de maximização de lucro e de procura por oportunidades no mercado.

Nesse contexto, ao abordar o empreendedorismo não se deve cingir a uma perspectiva economicista, dado que ele significa a atitude materializada pelo desejo de iniciar, desenvolver e concretizar um projeto. Muito mais do que motivos de ordem econômica, de oportunidade ou necessidade, o empreendedorismo é sempre uma decisão, a qual recusa a inércia e a letargia. Como será visto em seguida, encontra-se com frequência na literatura econômica uma tácita desvalorização do empreendedorismo por necessidade, que deve ser alvo de uma análise mais compreensiva, a qual obrigará a ir além de resultados e motivações econômicas e levará a assumir que essa problemática deverá ser encarada dentro de um paradigma de responsabilidade partilhada.

DESEMPREGO E EMPREENDEDORISMO: UMA RELAÇÃO DIALÉTICA E DINÂMICA

A literatura produzida sobre a relação entre desemprego e empreendedorismo mostra-se controversa, conforme já se enunciou na secção anterior, revelando sua complexidade e variáveis constituintes.

Para Faria, Cuestas e Mourelle (2010), o empreendedorismo é um dos principais motores de crescimento das economias modernas; assim, seu impacto no desemprego é da máxima importância. Estudos empíricos têm mostrado, como já se verificou, que os pequenos negócios têm adquirido crescente importância nas últimas décadas. Segundo esses autores, o crescimento econômico está ligado a mudanças no desemprego, teoria demonstrada por meio da fórmula de crescimento da lei de Okun⁶. Pode-se, portanto, seguramente assumir que há uma relação entre empreendedorismo e desemprego. Contudo, os contornos de que essa relação se reveste são, muitas vezes, contraditórios.

A esse respeito a literatura empírica é ambígua. A título de exemplo, Oxenfeldt (1943), Evans e Leighton (1990) e Highfield e Smiley (1987) concluíram que o

⁶ Teoria que, em macroeconomia, propõe a existência de uma relação inversa entre desemprego e Produto Nacional. Descreve uma relação linear entre as variações percentuais do desemprego e os movimentos cíclicos do PIB efetivo relativamente ao PIB potencial.

desemprego está positivamente associado a uma maior propensão para começar um novo negócio; no entanto, Garofoli (1994) e Audretsch e Fritsch (1994, *apud* Audretsch et al., 2002), mostraram exatamente o oposto, enquanto Carree (2001, *apud* Audretsch et al., 2002), defendia não existir uma relação estatística suficientemente relevante entre esses fenômenos.

Há, portanto, de um lado, os autores que defendem que o desemprego estimula a atividade empreendedora. Esse fenômeno é conhecido como *refugee effect*, visão que remonta aos estudos de Oxenfeldt (1943), em que o autor defendia que os indivíduos escolhem entre o desemprego, o autoemprego e o emprego, tendo em conta os “custos” relativos dessas atividades. Nesse sentido, os indivíduos desempregados que enfrentam perspectivas de emprego de salário baixo escolhem o autoemprego como a melhor entre as várias alternativas. À luz dessa teoria, perante a ausência de opções no mercado de trabalho assalariado e perante a necessidade de obter uma fonte de rendimento, os indivíduos decidem encetar uma atividade empreendedora, pelo quê, nessa perspectiva, o desemprego atua como catalisador da atividade empreendedora (OLADELE; AKEKE; OLADUNJOYE, 2011). Essa teoria se insere, como define o Global Entrepreneurship Monitor (2012), no chamado “empreendedorismo por necessidade”.

Do outro lado estão os autores que defendem que altos níveis de empreendedorismo reduzem o desemprego. O fenômeno conhecido por *Schumpeter effect* defende que o aumento dos níveis de empreendedorismo (criação da própria empresa) leva a maiores níveis de emprego e de crescimento econômico. De acordo com tal perspectiva, por meio da criação de novas empresas e da subsequente contratação de pessoas, incorre-se em um processo de redução do desemprego e de aumento da empregabilidade. Por seu turno, às elevadas taxas de desemprego está associado um baixo nível de atividade empreendedora, ou seja, se a propensão para criar empresas é baixa, isso irá se refletir em altas taxas de desemprego. Nesse caso, o desemprego está negativamente relacionado com a criação de novas empresas (OLADELE; AKEKE; OLADUNJOYE, 2011).

Segundo Audretsch (1995, *apud* Oladele; Akeke; Oladunjoye, 2011), essa teoria implica assumir que aqueles que estão desempregados tendem a assim permanecer, porque possuem níveis mais baixos de capital humano (DELI, 2011) e de talentos empreendedores – requisitos necessários para iniciar e manter novas empresas. Uma baixa taxa de competências e de cultura empreendedora, em qualquer sociedade, pode ser uma consequência do baixo crescimento econômico, que também se reflete em maiores níveis de desemprego.

Um estudo feito na Nigéria por Oladele, Akeke e Oladunjoye (2011) acerca da promoção do emprego por meio do estímulo ao empreendedorismo revelou, igualmente, que a taxa de desemprego estava negativamente relacionada com o desenvolvimento do empreendedorismo (*Schumpeter effect*)⁷.

Face à ambiguidade que rodeia essa relação, Faria, Cuestas e Mourelle (2010) avançam com uma proposta: a relação entre desemprego e empreendedorismo é cíclica, dinâmica e não linear, o que não contraria, necessariamente, as visões expostas. O estudo desses autores envolveu observações anuais desde 1972 a 2004, em alguns países da OCDE, e concluiu que essa relação varia consoante os países. Existe uma causalidade bidirecional em países com mercados de trabalho flexíveis. Para além disso, perceberam que a criação de negócios reage rapidamente a mudanças na variação do desemprego, enquanto a resposta oposta demora mais tempo. Esses autores afirmam que fatores como características individuais dos empreendedores (educação, suporte familiar e atitudes face ao risco) (cf. AVIRAM, 2006), assim como fatores microeconômicos (taxas de impostos e o racionamento do crédito), e variáveis macroeconômicas (PIB e o ciclo econômico) têm um papel muito importante na explicação das diferenças encontradas na relação entre desemprego e empreendedorismo entre os países. Esse estudo vai de encontro com as conclusões de outros autores que defendem que essa relação varia igualmente de acordo com as características regionais (urbano ou rural) e os fatores culturais, como a religião e a discriminação entre gêneros (FARIA et al., 2010).

Segundo Lasch, Gundolf e Kraus (2007), na ligação entre o desemprego e o empreendedorismo existem de fato diferentes pontos de vista, frequentemente ligados a dois níveis distintos de análise. No nível individual, o desemprego é considerado, na maioria dos estudos, como um estímulo para os indivíduos se tornarem empreendedores. Em uma perspectiva local, os mercados de trabalho que indicam uma taxa de desemprego elevada são considerados frequentemente como um ambiente hostil, especialmente para empreendimentos *high-tech*⁸. Os autores concluíram que o desemprego é o fator que mais afeta a atividade empre-

7 De acordo com o estudo realizado por Audretsch, Carre e Thurik (2002, p. 10), em 23 países da OCDE, em um período de observação situado entre 1974 e 1998, as variações na taxa de desemprego tendem a estar associadas a variações homólogas (ainda que em escalas variáveis) na taxa de desemprego (e vice-versa), dependendo dos países em análise. Dito de outro modo, “*changes in unemployment clearly have a positive impact on subsequent entrepreneurship. At the same time, changes in entrepreneurship have a negative impact on subsequent unemployment*”.

8 O estudo efetuado por esses autores na França apresenta evidências empíricas acerca dos efeitos do ambiente socioeconômico local no empreendimento. Os resultados mostram claramente que o contexto geográfico é importante para o empreendedorismo. Para além disso, suporta fortemente o desemprego como o fator-chave para o empreendedorismo nos mercados de trabalho.

enedora, funcionando como um estímulo, confirmando a teoria da necessidade, que explica os altos níveis de empreendedorismo em determinadas regiões (cf. Ritsila; Tervo, 2002).

Esse estudo reforça a ideia de Alvarez e Barney (2000) e de Hitt e Reed (2000, apud Lasch et al., 2007), da importância do capital humano no empreendedorismo. A propósito dessa questão do baixo capital humano dos empreendedores por necessidade, a literatura sugere que os indivíduos com níveis mais baixos de competências se tornam empreendedores por necessidade, por serem forçados por fatores externos (nesse caso, o desemprego), enquanto os indivíduos com níveis de competência mais elevados se tornam empreendedores por oportunidade (cf. DELI, 2011). Ora, ao categorizar os indivíduos e os tipos de empreendedorismo sem fazer um esforço de reflexão acerca do que isso significa, corre-se o risco de veicular discursos individualistas, atualmente tão apregoados pela comunidade política neoliberal.

Ritsila e Tervo (2002), ao estudarem na Finlândia, durante o período de 1987 a 1995, o papel do desemprego nos níveis pessoal, local e nacional na criação de novas empresas, chegaram à conclusão de que existe uma relação positiva e não linear entre eles. Esses autores concluíram que as motivações que levam o desempregado a criar seu próprio emprego não devem se limitar a fatores de nível individual. As conclusões a que chegaram revelam a influência do desemprego como fator *push* e *pull* nos diferentes níveis de análise (cf. CALIENDO; KRITIKOS, 2010), nomeadamente três níveis: individual, local e nacional.

As motivações *push* referem-se a circunstâncias em que o indivíduo, perante perspectivas negativas face à sua inserção no mercado de trabalho (desemprego ou emprego precário), sente-se forçado a criar um negócio. Nesses casos, os indivíduos podem considerar a formação de um negócio como a melhor alternativa. Por sua vez, as motivações *pull* enquadram-se em situações em que os indivíduos são, primeiramente, atraídos pela perspectiva de criar um negócio (STOREY, 1991). Segundo Ritsila e Tervo (2002), essa hipótese sugere que a formação de novos negócios ocorre quando a procura é alta e quando os indivíduos têm acesso a crédito ou a poupanças pessoais. Nesse sentido, uma decisão positiva de iniciar um negócio é mais provável quando o desemprego é baixo e o indivíduo está empregado e tem acesso ao capital necessário para iniciar a empreitada.

Apesar de as motivações *push* estarem muito associadas ao empreendedorismo por necessidade, são vários os estudos que afirmam que o desemprego atua, simultaneamente, como fator *push* e *pull* (cf. HAMILTON, 1989; EVANS; LEIGHTON, 1990;

STOREY, 1991; RITSILA; TERVO, 2002; CALIENDO; KRITIKOS, 2010), revelando, mais uma vez, o caráter paradoxal dessa relação.

O estudo de Ritsila e Tervo (2002) demonstrou que, no nível individual, dominam os fatores *push*, revelando que o fato de o indivíduo estar em uma situação de desemprego tem um grande peso na decisão de criar seu negócio. A insegurança face aos rendimentos, decorrente da situação de desemprego, faz com que o caminho do empreendedorismo se apresente aos indivíduos como a melhor alternativa.

Contudo, no nível local, segundo Ritsila e Tervo (2002), a influência de fatores *pull* e *push* é evidente: se por um lado altos níveis de desemprego local incentivam o autoemprego (fator *push*), por outro, baixos níveis de desemprego local têm igualmente um efeito positivo na formação de novos negócios (fator *pull*). Portanto, no nível local, em um contexto de alto desemprego, o autoemprego se afigura como último reduto para os desempregados (cf. DELI, 2011), até porque nesses casos o Estado incentiva bastante a criação de negócios locais. Embora haja a pertença a um contexto comunitário com baixas taxas de desemprego, os indivíduos tendem a ser atraídos pela probabilidade de sucesso, o que explica a igual existência de uma propensão à criação de empresas (cf. WAGNER, 2003).

No nível nacional, altas taxas de desemprego não incentivam a criação de empresas, havendo, portanto, um domínio de fatores *pull*. Ou seja, em um período de alto desemprego nacional, a procura interna e externa por produtos e serviços locais é baixa, tornando as possibilidades de sobrevivência das novas empresas relativamente diminutas. E, em decorrência da baixa probabilidade de sobrevivência empresarial, o indivíduo enfrenta mais incertezas, desmotivando-se desse modo pela atividade empreendedora (RITSILA; TERVO, 2002)⁹.

Para além disso, Ritsila e Tervo (2002) verificaram que existe uma maior propensão do indivíduo para criar o próprio emprego na fase inicial do desemprego, figurando o desemprego de longa duração como menos propenso ao empreendedorismo. Contudo, Evans e Leighton (1990), em sua investigação, chegaram à conclusão oposta: a probabilidade de entrar no autoemprego aumenta à medida que a duração do desemprego se torna maior. Segundo Ritsila e Tervo (2002), esse fato se relaciona com fatores de ordem psicológica, social e do setor público

⁹ A conclusões semelhantes chegou Davidsson (1994, *apud* Projecto-piloto Empreende + Innova, 2006), ao afirmar que existe uma relação inversa entre altas taxas de desemprego e o aparecimento de novas empresas. Segundo esse autor, a informação de elevadas taxas de desemprego na sociedade dissemina a ideia de condições econômicas menos favoráveis para a criação de negócios, o que, conseqüentemente, tende a se traduzir em menores índices de empreendedorismo.

e com a forma como o desemprego afeta os indivíduos de maneiras diferentes, em distintas fases.

EMPREENDEDORISMO COMO DECISÃO/RESPOSTA AO DESEMPREGO

Se o empreendedorismo for encarado como decisão, o que se sabe sobre as motivações e os contextos do empreendedor?

Como houve oportunidade de verificar, os argumentos no âmbito das motivações econômicas dos empreendedores para criarem o próprio emprego distinguem o que se conhece por empreendedorismo de necessidade do empreendedorismo de oportunidade. Contudo, essa é uma decisão que se reveste de motivações de caráter diverso, que se manifestam em diferentes níveis.

Segundo Hytti (2010), é importante contextualizar a decisão de enveredar pelo empreendedorismo na história profissional e na configuração que o desemprego assume em diferentes fases da história de vida do indivíduo. Essa autora verificou que, quando os vários aspectos da insegurança do trabalho anterior são considerados, a hipótese tradicional de que o indivíduo desempregado é “empurrado” para o autoemprego por falta de outras ou melhores alternativas cai por terra. Segundo Hytti (2010), a decisão do empreendedorismo pelos desempregados não ocorre no vácuo, é, antes, um processo que emerge integrado em um contexto histórico e social.

Para além disso, essa autora afirma que a divisão que é feita por muitos autores entre empreendedorismo inseguro e trabalho por conta de outrem seguro é questionável. Segundo essa autora, o elemento de risco está presente em ambas as alternativas, que requer um estudo mais aprofundado acerca dos elementos de segurança e insegurança em torno do empreendedorismo e do trabalho assalariado. Para ela, esses elementos devem ser enquadrados na atual estrutura do mercado de trabalho.

Considerando o quadro de crescente imprevisibilidade que se tem desenhado não só no mercado de trabalho, mas em todas as sociedades ocidentais, a intervenção na área do desemprego exige um conhecimento sólido, simultaneamente teórico e prático, no sentido da elaboração de estratégias de ação que conduzam a uma participação efetiva dos desempregados na defesa de seus interesses junto às instituições.

A experiência de desemprego, em toda a sua multidimensionalidade, exige que qualquer intervenção nessa problemática se fundamente em uma ação integral e

integrada em que as necessidades, as dificuldades e as expectativas dos indivíduos desempregados devem ser alvo de uma ação interdisciplinar.

O desemprego afeta indivíduos e famílias com características e recursos muito diferenciados e, como tal, não pode ser conceituado de forma única, nem implicar o mesmo tipo de resposta para todas as situações. Isso significa que, na medida em que os recursos são diferentes, também as vivências da condição de desemprego são distintas (HESPANHA et al., 2007) e variam em função de um amplo conjunto de fatores com múltiplas ligações entre si (DUARTE, 1998).

Com efeito, o conhecimento acerca dessas variáveis moderadoras permite uma maior compreensão do impacto do desemprego no indivíduo (DEFRANK; IVANCEVICH, 1986) e possibilita a identificação dos grupos de pessoas desempregadas que necessitam de ajuda especial (PAUL; MOSER, 2009). Daqui pode-se inferir que o empreendedorismo possa surgir como resposta motivada dos desempregados, em função das múltiplas combinações entre fatores individuais e contextos sociais.

DE DESEMPREGADO A EMPREENDEDOR

Experimentar uma situação de desemprego, quando involuntária, pode ser fonte de grande estresse e trazer consequências psicossociais potencialmente graves. Se for considerada a privação de emprego como uma experiência essencialmente negativa, a investigação demonstra que o desemprego produz vários efeitos adversos a diversos níveis. De fato, são vários os autores que demonstram a elevada conexão, em termos de durabilidade e ligação emocional ao trabalho, e as consequências de sua perda (GREENHALG; ROSENBLATT, 1984; FRYER; PAYNE, 1986), a qual se manifesta não apenas no nível material, mas também em termos de desvalorização pessoal e social (FRYER; PAYNE, 1986; LEANA; FELDMAN, 1992).

Por outra perspectiva, se for atendida essa experiência como uma transição psicossocial capaz de envolver, igualmente, aspectos negativos e positivos, verifica-se que as mudanças são, na realidade, situações complexas que exigem uma leitura capaz de articular a dimensão objetiva e subjetiva (VINCE; BROUSSINE, 1996), o que abre diferentes perspectivas de intervenção social.

Segundo Carter (2004), o empreendedorismo pode ser incentivado. Se for oferecida formação adequada em empreendedorismo, os desempregados podem adquirir as competências necessárias para se aventurarem em um negócio próprio. Segundo esse autor, esses programas devem desenvolver áreas como as finanças, a contabilidade, o *marketing* e a gestão. Dessa forma, os formandos podem aprender

a avaliar a viabilidade de uma ideia, desenvolver um plano de negócios, reunir apoio (financeiro e operacional) e criar seus negócios.

Outro estudo acerca do apoio dado aos desempregados por meio de um programa (*Self Employment Assistance*) para se tornarem empreendedores, que corrobora o estudo anterior, foi o de Bharadwaj, Falcone e Osborne (2004). Esses autores afirmam que os desempregados, mesmo quando não reúnem um grande número de traços pessoais empreendedores (*Entrepreneurial Quotient*¹⁰), podem ver seus comportamentos empreendedores “desenvolvidos”, pela assistência e pelo apoio sistemático (cf. OSBORNE; FALCONE; NAGENDRA, 2000), verificando uma taxa de sucesso na ordem dos 75% (relativos às metas atingidas durante o programa e ao critério *up and running*¹¹ dos empreendimentos). Desse modo, os autores concluíram que as características ditas empreendedoras dos candidatos não se revelaram tão importantes como se poderia pensar. Segundo esses autores, o sucesso dos indivíduos é decorrente de sua participação no programa e da aprendizagem e assistência que recebem nele, o que demonstra as amplas potencialidades dessa abordagem.

Há estratégias, de resto bem documentadas, em um estudo realizado pela Leadership Business Consulting (2012), no âmbito da estratégia da Comissão Europeia para a Promoção do Empreendedorismo na Europa. Também há recomendações que apontam para o fomento de uma cultura empreendedora por meio da atuação no nível educacional.

EMPREENDEDORISMO FACE AO DESEMPREGO: PERSPECTIVAS DE INTERVENÇÃO

Os altos níveis de desemprego levaram os poderes políticos a procurar soluções, e, segundo Hytti (2010), uma das mais promovidas tem sido o empreendedorismo. Contudo, ao mesmo tempo, a depreciação dos desempregados empreendedores como uma categoria social “empurrada” por motivos menos positivos (STOREY, 1991) continua a encontrar eco em vários autores (HYTTI, 2010).

A estigmatização (implícita) do empreendedor por necessidade como alguém com baixas competências (DELI, 2011), que falha mais em seus empreendimentos (cf. VODOPIVEC, 1998; PFEIFFER; REIZE, 2000; BURNS, 2001; ABDESSELAM; BONNET; LE PAPE, 2004) e que é menos dinâmico (cf. STOREY, 1991), é evidente na literatura. O famoso estudo de Evans e Leighton (1990) é revelador: apesar de os desempregados

10 Escala com itens que incidem em aspetos como a tolerância ao risco, a gestão do tempo, a criatividade, o planejamento, entre outros.

11 “Empreendimento instalado e a funcionar”: verificado um mês após o término do programa.

(quando comparados com indivíduos que não estavam desempregados) terem cerca de duas vezes mais probabilidades de criarem seu emprego (4,5% *versus* 24%), também têm cerca de 1,5 vez mais de probabilidade de abandonar o negócio durante o primeiro ano (51,5% *versus* 37%) (cf. ANDERSSON; WADENSJO, 2007).

No entanto, Evans e Leighton (1990) chegaram a outra conclusão interessante: apesar de os empreendedores anteriormente desempregados falharem mais e ganharem menos no primeiro ano de emprego por conta própria do que os que estavam empregados por conta de outrem antes de se autoempregarem, muitos continuam a preferir o emprego por conta própria, ao invés de tentarem de novo encontrar emprego por conta de outrem. Segundo esses autores, esses dados sugerem que esses indivíduos se mantêm no autoemprego porque acham que ficariam em uma situação pior se desistissem. Essa questão, ao contrário do que sugere Evans e Leighton (1990), pode prender-se a questões mais profundas que a simples racionalidade econômica, e esse é tema estruturante nessa problemática.

Relativamente à taxa de insucesso dos empreendimentos por parte dos desempregados, não se trata de negar dados empíricos, mas, antes, de tentar perceber por que isso acontece. Nesse domínio, o estudo de Caliendo e Kritikos (2010) pode ajudar a iluminar esses dados. De fato, esses autores refutam essa teoria ao afirmarem que cerca de 70% dos desempregados (mesmo com baixas qualificações e sem capital), dois anos e meio (em média) após abrirem seu negócio, continuam com sucesso seus empreendimentos¹². O fato de os empreendimentos criados por desempregados estarem mais associados ao fracasso foi também desmistificado por Niefert (2010). Essa autora verificou que os empreendimentos criados por desempregados têm, em média, tendência para ter menos empregados e estão em áreas onde é necessário menos capital, caracterizados por alto nível de concorrência. Segundo essa autora, a menor propensão dos fundadores anteriormente desempregados para investir e para contratar funcionários pode ser atribuída ao seu acesso restrito à capital e a informações sobre oportunidades. Desse modo, a autora conclui que subsidiar os empreendimentos criados por desempregados

12 O estudo levado a cabo por esses autores focou 3.100 negócios fundados em 2003 por desempregados na Alemanha, subsidiados por dois programas governamentais (*Bridging allowance* – BA – e *Start-up-subsidy* – SUS). Esses autores verificaram que, por meio desses programas, ao oferecer um apoio a longo prazo (não apenas durante a fase inicial), os desempregados se sentem mais seguros, tornando mais fácil a decisão de iniciar um empreendimento. Esse fator se revelou essencial, fato comprovado pela grande adesão das mulheres a esses programas (que, segundo esses autores, são mais avessas ao risco). Esse estudo revela a importância do apoio governamental aos desempregados e como este deve basear-se em um apoio sistemático integral e integrado. Assim, ficou claro que o sucesso dos desempregados como empreendedores depende mais do desenho do programa de apoio (cf. VODOPIVEC, 1998) do que das chamadas características do empreendedor.

com empréstimos em vez de doações e ajudar os desempregados a melhorar suas competências no reconhecimento de oportunidades são passos essenciais para ajudá-los a alcançar o sucesso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desemprego é, atualmente, um fenômeno estrutural e desestruturante do ponto de vista social, e aparecem cada vez em maior número os que conhecem períodos mais ou menos longos dessa situação. Tal conjuntura não se pode coadunar com discursos hegemônicos culpabilizantes (nem desculpabilizantes) acerca dos desempregados. Trata-se de indivíduos que, só pelo número que representam¹³, deveriam ter uma voz mais ativa nas decisões públicas no domínio das políticas de apoio ao emprego e ao empreendedorismo e que merecem que essa experiência seja, efetivamente, contextualizada em um quadro multidisciplinar de intervenção social: desde a constitucionalidade do direito ao trabalho até as estratégias de promoção do crescimento econômico conducentes à plena realização da cidadania.

A aceitação do desemprego como fenômeno transversal em nossa sociedade implica a consciência da necessidade de um apoio sistemático e holístico, no sentido de oferecer as condições (e verdadeiras opções) necessárias para que o indivíduo possa ter acesso e sucesso em suas alternativas. Com efeito, no estudo de caso português, ao olhar para as estatísticas, verifica-se que, em outubro de 2011, do total de inscritos nos Centros de Emprego, menos de 1% dos desempregados (0,37%) aderiu a Programas de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (IEFP, 2011). É, pois, necessário rever conceitos e modelos de intervenção social no empreendedorismo como uma resposta ao desemprego. Explorar ideias nessa matéria é essencial, no sentido de desconstruir ambiguidades e edificar sistemas multidimensionais eficazes e eficientes de criatividade profissional.

Encarar o empreendedorismo como solução para o desemprego, decorrente unicamente da persistência, tenacidade e resiliência individual de alguns, é negar a natureza biopsicossocial do ser humano e veicular discursos desqualificantes que perpetuam a desigualdade. O empreendedorismo não pode residir somente na habilidade pessoal de conquistar um emprego. Ao adotar perspectivas uniaxiais, isto é, se não forem considerados os contextos econômico, político e social em que cada indivíduo está inserido, a jusante poder-se-ão encontrar discursos

13 A caminho de um milhão de indivíduos desempregados em Portugal (o que representa uma taxa de desemprego de 15,3% em março de 2012, segundo o EUROSTAT), o que representa uma fatia significativa da sociedade.

organicistas e teorias de responsabilização/culpabilização dos indivíduos por seus projetos fracassados, os quais, por si, já implicam a assunção de riscos. Está-se, portanto, perante uma dupla penalização dos indivíduos. Desse modo, por um lado, o conceito de empreendedorismo não deve servir apenas a perspectivas economicistas (macro); por outro, deve servir a perspectivas psicologistas (micro), mas privilegiar uma abordagem holística e idiossincrática, de forma a criar análises que fiquem o mais próximo possível da realidade.

Assim, para analisar a relação entre empreendedorismo e desemprego, mais que traçar um perfil, importa enquadrar essa transição no contexto estrutural em que ela é vivida e nas necessidades que daí decorrem. Como visto anteriormente, o fato de o indivíduo ter partido de uma situação de desemprego não significa que não reúna em si as tão populares características empreendedoras do *homo economicus*. Acresce que a experiência de desemprego é diversificada e é cada vez mais a regra que a exceção. A relação entre desemprego e empreendedorismo reveste-se, pois, de contornos de variada ordem, desde fatores micro e macroeconômicos, regionais, culturais, entre outros. Assim, importa assumir o caráter heurístico dessa relação e compreender a decisão de enveredar pelo empreendedorismo como um processo integrado em um contexto, simultaneamente, histórico, social e pessoal. Só assim os programas de incentivo ao empreendedorismo serão capazes de responder aos desafios, às expectativas, às necessidades e aos anseios dos empreendedores, venham eles de uma situação de desemprego ou não.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABDESSELAM, Rafik; BONNET, Jean; LE PAPE, Nicolas. An explanation of the life span of new firms. *Small Business Economics*, v. 23, n. 3, p. 237-254, 2004.
- ANDERSSON, Pernilla; WADENSJO, Eskil. Do the unemployed become successful entrepreneurs? *International Journal of Manpower*, v. 28, n. 7, p. 604-626, 2007.
- ARAÚJO, Pedro. *A tirania do presente: do trabalho para a vida às incertezas do desemprego*. Coimbra: Quarteto, 2008.
- AUDRETSCH, David; CARREE, Martin A.; THURIK, A. Roy. *Does entrepreneurship reduce unemployment?* Tinbergen Institute Discussion Paper, 2002. Disponível em: <www.spea.indiana.edu/ids/.../ISSN%2002-1.doc>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- AVIRAM, Arie. A study of factors that influence unemployed persons. *Journal of Employment Counseling*, v. 43, n. 4, p. 154-167, 2006.

- BHARADWAJ, Prashanth N.; FALCONE, Thomas W.; OSBORNE, Stephen, W. Creating entrepreneurs from the ranks of the unemployed. *Journal of Small Business Strategy*, v.15, n. 1, p. 1-16, 2004.
- BORGEN, William; AMUNDSON, Norman. *The experience of unemployment: implications for counseling the unemployed*. Canadá: Nelson Canada, 1984.
- BRUTO DA COSTA, Alfredo. *Exclusões sociais*. Lisboa: Gradiva, 2005.
- BURNS, Paul. *Entrepreneurship and small business*. 2. ed. New York: Palgrave, 2001.
- CALIENDO, Marco; KRITIKOS, Alexander S. Start-ups by the unemployed: characteristics, survival and direct employment effects. *Small Business Economics*, v. 35, n. 1, p. 71-92, 2010.
- CANTILON, Richard. *Essai sur la nature du commerce en général*. Paris : Institut national d'études démographiques, 1755.
- CARTER, Les W. Entrepreneurship: an alternative to unemployment. *Journal of Applied Management and Entrepreneurship*, v. 9, n. 2, p. 119-132, 2004.
- CLAVEL, Gilbert. *A sociedade da exclusão: compreendê-la para dela sair*. Tradução de Renata Dias de Carvalho. Porto: Porto Editora, 2005.
- COLE, Arthur. H. *Business enterprise in its social setting*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1959.
- DEES, J. Gregory. *The meaning of social entrepreneurship*. Centre for Advancement of Social Entrepreneurship, 2011. Disponível em: <http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- DEFRANK, Richard; IVANCEVICH, John. Job loss: an individual level review and model. *Journal of Vocational Behavior*, v. 28, n. 1, p. 1-20, 1986.
- DEJOURS, Christophe. *Plaisir et souffrance dans le travail*. Paris: Édition de l'AOCIP, 1998.
- DELI, Fatma. Opportunity and Necessity entrepreneurship: local unemployment and small firm effect. *Journal of Management Policy and Practice*, v. 12, n. 4, p. 38-57, 2011.
- DEMAZIÈRE, Didier; DUBAR, Claude. Analyser les entretiens biographiques. L'exemple des récits d'insertion. *Revue Française de Sociologie*, v. 40, n. 40-2, p. 433-436, 1999.
- DOOLEY, David; PRAUSE, Joann. The social costs of unemployment. In: DOOLEY, David; PRAUSE, Joann. *The social costs of underemployment: inadequate employment as disguised unemployment*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- DRUCKER, Peter F. *Innovation and entrepreneurship*. New York: Harper Business, 1993.
- DUARTE, Ana Maria. Vivências de desemprego e transformações dos modos de vida dos operários mineiros. *Sociologia*, série I, v. 8, p. 247-317, 1998.
- EUROSTAT. *Unemployment rate 2012*. Disponível em: <<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/tgm/table.do?tab=table&language=en&pcode=teilm020&tableSelection=1&plugin=1>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

- EVANS, David. S.; LEIGHTON, Linda S. Small business formation by unemployed and employed workers. *Small Business Economics*, v. 2, n. 4, p. 319-330, 1990.
- FARIA, João Ricardo; CUESTAS, Juan Carlos; MOURELLE, Estefanía. Entrepreneurship and unemployment: a nonlinear bidirectional causality? *Economic Modelling*, v. 27, n. 5, p. 1282-1291, 2010.
- FERREIRA, Sílvia. O que tem de especial o empreendedor social? O perfil de emprego do empresário social em Portugal. *Oficinas do CES*, n. 223, p. 1-43, 2005.
- FOUAD, Nadya; BYNNER, John. Work transitions. *American Psychologist*, v. 63, n. 4, p. 241-251, 2008.
- FRYER, David; PAYNE, Roy. Being unemployed. A review on the psychological experience of unemployment. In: CARY, L. Cooper; IVAN, T. Robertson (Ed.). *International review of industrial and organizational psychology*. London: John Wiley & Sons, 1986.
- GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge. The experience of unemployment in Europe: the debate". In: GALLIE, Duncan; PAUGAM, Serge (Ed.). *Welfare regimes and the experience of unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. *DATA, 2012*. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/key-indicators>>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- GONÇALVES, Carlos Manuel; COIMBRA, Joaquim Luís. Significados e centralidade do trabalho nas sociedades ocidentais contemporâneas: uma abordagem psicológica e histórico-social. *Psychologica*, n. 44, p. 401-426, 2007.
- GREENHALG, Leonard; ROSENBLATT, Zehava. Job insecurity. Toward conceptual clarity. *Academy of Management Review*, v. 9, n. 3, p. 438-448, 1984.
- HAMILTON, Robert. Unemployment and business formation rates: reconciling time series and cross-section evidence. *Environment and Planning*, v. 21, n. 2, p. 249-255, 1989.
- HESAPANHA, Pedro et al. (Coord.) *É o (des)emprego fonte de pobreza? O impacto do desemprego e do mau emprego na pobreza e exclusão social do distrito de Coimbra*. Porto: REAPN, 2007.
- HIGHFIELD, Richard; SMILEY, Robert. New business starts and economic activity: an empirical investigation. *International Journal of Industrial Organization*, v. 5, n. 1, p. 51-66, 1987.
- HYTTI, Ulla. Contextualizing entrepreneurship in the boundaryless career. *Gender in Management: An International Journal*, v. 25, n. 1, p. 64-81, 2010.
- INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, IEFP. *Centros de Emprego – Estatísticas Mensais, 2011*. Lisboa: Gabinete de Comunicação. Disponível em: <<http://www.iefp.pt/estatisticas/MercadoEmprego/CentrosEmpregoEstatisticasMensais/Documents/2011/Centros%20Emprego%20Dezembro%202011.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

- JACCARD, Pierre. *História social do trabalho: das origens até aos nossos dias*. v. I e II. Tradução de Rui Moura. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- KIRZNER, Israel M. Entrepreneurial discovery and the competitive market process: an Austrian approach. *Journal of Economic Literature*, v. 35, p. 60-65, 1997.
- KNIGHT, Frank. H. *Riesgo, incertidumbre y beneficio*. Tradução de Ramon Vereá. Madrid: M. Aguilar Editor, 1947.
- L'HUILLIER, Dominique. *Placardisés, des exclus dans l'entreprise*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.
- LASCH, Frank; GUNDOLF, Katherine; KRAUS, Sascha. The impact of unemployment on entrepreneurship: empirical evidence from France. *International Journal of Business Research*, v. 7, n. 2, p. 1-8, 2007.
- LAZARSFELD, Paul; JAHODA, Marie; ZEISEL, Hans. *Les chômeurs de Merienthal*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1982.
- LEADERSHIP BUSINESS CONSULTING. *Políticas públicas de empreendedorismo no sul da Europa, 2012*. Disponível em: <<http://www.leadershipagenda.com/index.php?id=49&nm=1&lang=2>>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- LEANA, Carrie; FELDMAN, Daniel. *Coping with job loss*. How individuals, organizations and communities respond to job loss. New York: Macmillan/ Lexington Books, 1992.
- LINHART, Danièle; RIST, Barbara; DURAND, Estelle. *Perte d'emploi, perte de Soi*. Paris: Éditions Érès, 2003.
- MILL, John Stuart. *Principles of political economy with some of their applications to social philosophy*. London: J. W. Parker, 1848.
- MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO. Indicadores de empreendedorismo e inovação. *Coleção Cogitum*, Lisboa, Centro de Informação e Documentação (CID/DEEP), n. 10, 2003.
- MISES, Ludwig Von. *Human action: a treatise on economics*. San Francisco, CA: Laissez Faire, 1949.
- MURPHY, Patrick. J.; LIAO, Jianwen; WELSCH, Harold P. A conceptual history of entrepreneurship thought. *Journal of Management History*, v. 12, n. 1, p. 12-35, 2006.
- NIEFERT, Michaela. Characteristics and determinants of start-ups from unemployment: evidence from german micro data. *Journal of Small Business and Entrepreneurship*, v. 23, n. 3, p. 409-429, 2010.
- OLADELE, P. O.; AKEKE, N. I.; OLADUNJOYE, O. Entrepreneurship development: a panacea for unemployment reduction in Nigeria. *Journal of Emerging Trends in Economics and Management Sciences (JETEMS)*, v. 2, n. 4, p. 251-256, 2011.

- OSBORNE, Stephen W.; FALCONE, Thomas W.; NAGENDRA, Prashanth B. From unemployed to entrepreneur : a case study in intervention. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, v. 5, n. 2, p. 115-136, 2000.
- OXENFENDT, Alfred Richard. *New firms and free enterprise*. Washington, DC: American Council on Public Affairs, 1943.
- PARLAMENTO EUROPEU. *Resolução sobre o Livro Verde Espírito Empresarial na Europa*. Bruxelas: Comissão das Comunidades Europeias, 2003. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/site/pt/com/2003/com2003_0027pt01.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- PAUGAM, Serge. *A desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Tradução de Renata Dias de Carvalho. Porto: Porto Editora, 2003.
- PAUL, Karsten; MOSER, Klaus. Unemployment impairs mental health: meta-analyses. *Journal of Vocational Behavior*, v. 74, n. 3, p. 264-282, 2009.
- PERRET, Bernard. L'avenir du travail: des tendances contradictoires. In: PIERRE, Boisard et al. (Org.). *Le travail: quelle avenir?* Paris: Gallimard, 1997.
- PFEIFFER, Friedhelm; REIZE, Frank. Business start-ups by the unemployed – an econometric analysis based on firm data. *Labour Economics*, v. 7, n. 5, p. 629-663, 2000.
- PORTELA, José et al. (Coord.) *Microempreendedorismo em Portugal: experiências e perspectivas*. Lisboa: INSCOOP, 2008.
- PROJECTO-PILOTO EMPRENDE + INNOVA. *Factores que reforçam o espírito empreendedor, 2006*. Disponível em: <http://www.emprendeinnova.org/es/rte/docs/2_Facteurs_Renforzant_lesprit_Entrepreneur_INSCOOP.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2012.
- REMILLON, Delphine. L'épreuve du chômage vue par les chômeurs âgés. *Centre d'Études de L'Emploi*, Document de Travail, n. 61, 2006.
- RITSILA, Jari; TERVO, Hannu. Effects of unemployment on new firm formation: micro-level panel data evidence from Finland. *Small Business Economics*, v. 19, n. 1, p. 31-40, 2002.
- ROSA, Maria Teresa; FERREIRA, Paula; GONÇALVES, Maria Fortunata (Coord.) O desemprego e alternativas de emprego numa zona crítica: o caso da Azambuja. *Revista Organizações e Trabalho*, n. 21, p. 9-30, 1999.
- SCHNAPPER, Dominique. *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard, 1981.
- . *Contra o fim do trabalho*. Tradução de Pedro Lopes d'Azevedo. Lisboa: Terramar, 1998.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Cambridge: Harvard University Press, 1968.

- STOREY, David J. The birth of new firms – does unemployment matter? A Review of the Evidence. *Small Business Economics*, v. 3, p. 167-178, 1991.
- SWEDBERG, Richard. Schumpeter's full model of entrepreneurship: economic, non-economic and social entrepreneurship. In: RAFAEL, Ziegler (Ed.) *An introduction to social entrepreneurship: voices, preconditions, contexts*. UK: Edward Elgar Publishing Limited, 2009.
- VINCE, Russ; BROUSSINE, Michael. Paradox, defense and attachment. Accessing and working with emotions and relations underlying organizational change. *Organization Studies*, v. 17, n. 1, p. 1-21, 1996.
- VODOPIVEC, Milan. Turning the unemployed into entrepreneurs: an evaluation of self-employment program in a transitional economy. *Journal of Developmental Entrepreneurship*, v. 3, n. 1, p. 71-96, 1998.
- WAGNER, Joachim. The impact of personal characteristics and regional milieu on the transition from unemployment to self-employment: empirical evidence from Germany. *Journal of Economics and Statistics*, v. 223, n. 2, p. 204-222, 2003.

